

Cafeteira não apóia adoção de parlamentarismo

São Luís — O governador Epitácio Cafeteira disse ontem que a discussão a respeito do mandato do presidente José Sarney e o sistema parlamentarista de governo está sendo "altamente negativo" ao trabalho de feitura da Constituição. Acrescentou que não entende como as mesmas pessoas que estão engajadas na campanha pelas eleições diretas, agora, defendem intransigentemente a implantação do regime parlamentarista, "quando todos sabem que esse tipo de governo não é eleito diretamente pelo povo, mas sim indiretamente, pelo Parlamento".

— O PMDB que propaga essa campanha, está fazendo uma grande confusão e mentindo ao povo, pois incorre em uma contradição proposital — ressaltou o governador.

Segundo ele, nos países em que adotou-se o regime

parlamentarista existem equipes de técnicos altamente qualificados para atuarem na burocracia governamental, de caráter permanente, já que os cargos de ministro são muito vulneráveis ao poder do parlamento. "Mas no Brasil, no dia em que for implantado um regime desses, a primeira coisa que cada ministro fará é demitir todos os funcionários graduados para substituí-los conforme as conveniências político-partidárias", frisou.

Cafeteira deixou claro que os governadores que atuaram diretamente na convenção do PMDB, fazendo com que fosse transferida a decisão sobre o mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo, irá atuar na Constituinte pela defesa dos cinco anos para o presidente Sarney e a manutenção do regime presidencialista.

Constituinte vota plebiscito

Consulta inclui a Carta, mandato e sistema de governo

A Constituinte começará a decidir na próxima semana se haverá ou não consulta plebiscitária sobre a nova Constituição, o mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo. A decisão, que será dada até meados deste mês, está preocupando os políticos governistas porque a proposição tem apoio em todos os partidos.

Em emenda aos dois projetos de resolução sobre plebiscito, o deputado Adilson Motta (RS), vice-líder do PDS que indaga se, em caso de rejeição, deve ser mantida a atual Constituinte ou eleita outra de imediato. A proposta reforça a tese de eleições diretas em todos os níveis no próximo ano.

ARTICULAÇÕES

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), encaminhará à Comissão de Sistematização, na segunda-feira, os projetos de resolução nºs 14 e 15, respectivamente dos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Virgílio Guimarães (PT-MG).

Pelo art. 61 do Regimento da Constituinte, a Comissão de Sistematização terá cinco dias para apresentar seu parecer, que será rejeitado ou aprovado por maioria absoluta. Votado na Sistematização, o parecer será publicado em 24 horas e colocado na Ordem do Dia em caráter prioritário.

Os cálculos feitos pela Mesa da Constituinte indicam que os dois projetos e a emenda Adilson estarão em plenário até o dia 15 próximo.

O deputado Brandão Monteiro, líder do partido do ex-governador Leonel Brizola, propôs um plebiscito até 60 dias após a publicação do texto final da Constituição para decidir a forma de governo (se presidencialista ou parlamentarista) e a duração do mandato do atual presidente da República (se quatro ou cinco anos).

As empresas de rádio e TV reservarão duas horas diárias (de 12 às 14h e de 20 às 22h) para os partidos debaterem os temas do plebiscito. O tempo será dividido igualmente entre os partidos. Terão direito a votos os alistados e as mesas receptoras serão também apuradoras.

Na justificativa, Brandão Monteiro frisa que a Constituinte tem um limite — a vontade do povo — e que o mandato do Presidente e a forma de governo são "o divisor de águas da crise institucional que o País atravessa". As duas correntes existentes na Constituinte são inconciliáveis e, portanto, cabe ao povo a decisão.

PROPOSTA DO PT

O deputado Virgílio Guimarães quer o plebiscito em 90 dias após a votação em segundo turno. A manifestação será sobre toda a Constituição, que será aprovada ou rejeitada. Os constituintes poderão, no entanto, requerer consultas sobre temas específicos e até indicar os artigos do projeto que desejam excluir.

Virgílio Guimarães, que também quer a requisição de horário no rádio e na TV, estabelece que, haven-

do rejeição da Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte se reunirá em 10 dias para decidir quais "os procedimentos adequados". O projeto proíbe a propaganda envolvendo temas a serem votados e a divulgação de prévias com menos de 30 dias antes do plebiscito.

Ao contrário do PT, que deseja manter a Constituinte mesmo sendo rejeitada a Constituição, o deputado do PDS propõe que o povo decida através de sim ou não a seguinte indagação: "Em caso de resposta negativa (rejeição da Constituição), pergunta-se: devem os atuais membros do Congresso Nacional elaborar e votarem um novo projeto de Constituição?"

Argumenta Adilson Motta que "a recusa deve trazer consequências. Em verdade não terão os atuais membros do Congresso Nacional condições políticas para elaborar um novo texto constitucional. Ao se submeter o projeto de Constituição ao plebiscito, submete-se o Congresso Nacional igualmente à confiança do povo. Trata-se de uma ratificação eleitoral, também".

Na sua interpretação, não há como senadores e deputados quererem representar o povo se o povo os desaprovou. Há no PDS muitos que são favoráveis à realização de eleições diretas em todos os níveis no próximo ano, caso haja pleito para Presidente. A rejeição da Constituição implicará, com mais razão, nas eleições gerais diretas. Continuarem deputados e senadores nos postos, como admitem implicitamente PDT e PT, não lhe parece correto do ético.



Sarney quer 5 anos e não negocia mandato

Sarney mantém posição sobre os cinco anos

— "O presidente José Sarney não mudou de ideia em relação à duração de seu mandato. Mantém a posição assumida no pronunciamento que fez à Nação no dia 18 de maio, favorável aos cinco anos". Foi esta a resposta do porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto ao ser perguntado se de fato o Presidente havia dito ao deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) que aceitaria qualquer prazo para o seu mandato.

Embora ressaltando que o Presidente Sarney acatará a decisão da Constituinte sobre o assunto, pois ela é soberana, Frota Neto lembrou que ao definir a duração do seu mandato, Sarney não expressou um ato de vontade, levou em consideração o cronograma político, econômico e social do Governo.

"Se a Constituinte — sobre a qual pesa a responsabilidade maior da realização do processo de transição democrática — é inte-

grada em sua maioria pelos membros da Aliança Democrática, que apóia o Presidente Sarney, a expectativa natural é que o cronograma do Governo seja considerado", acrescentou o porta-voz.

Perguntado se "o Governo aceita ou já dispõe de uma estratégia para derrubar o projeto de Lei do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) revogando a Lei de Segurança Nacional, Frota Neto concluiu: "Se a Constituinte que tem como missão a montagem de todo o arcabouço jurídico do Estado acatar o projeto do deputado, a questão estará decidida. Mas é bom lembrar que todos os Estados modernos, reconhecidamente democráticos como os Estados Unidos, França, Inglaterra, etc. sem exceção, dispõem de mecanismos de defesa nacional: suas leis de Segurança Nacional. O Executivo confia no Legislativo, que saberá suprir as necessidades legais do Estado, até porque é parte dele.

Ulysses defende referendo único

Rio — Ao participar ontem da solenidade de inauguração do novo prédio da Dataprev, em Botafogo, o presidente do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse que, se os parlamentares optarem pela realização de uma consulta plebiscitária, esta deverá ser realizada sobre o conjunto da nova Constituição e não a respeito de um tema isoladamente. Após lembrar que a maioria dos países procedeu dessa maneira — "isto ocorreu na França e na Espanha, por exemplo" — Ulysses disse que seria impraticável a realização de um plebiscito sobre temas específicos porque cada proposta constitucional encerra muitas variantes.

— Ora, existem cerca de 10 tipos de parlamentarismo. Como definir isso por

intermédio de uma consulta plebiscitária. Acho, entretanto, que a proposta de se realizar um plebiscito deve ser debatida e decidida pelos constituintes — acrescentou.

Se depender do PMDB, assegurou Ulysses, o Brasil não irá ao Fundo Monetário Internacional. Segundo o presidente do PMDB, o ministro da Fazenda Bresser Pereira está tentando um acordo com os bancos credores sem a tutela do FMI. Depois de afirmar que Bresser Pereira apresentou um plano destinado a retirar a economia do caos, "para aonde caminhava", Ulysses reproduziu parte de sua conversa com o ministro na quarta-feira, em Brasília.

O deputado Ulysses Guimarães está confiante na permanência no partido

dos integrantes da esquerda agrupados no MUP (Movimento de Unidade Progressista). O presidente do PMDB disse ter conversado com os parlamentares desse grupo, aos quais declarou ser importante para o partido o confronto de ideias divergentes.

Não é intenção de Ulysses se reunir com o grupo suprapartidário que discute os pontos polêmicos da Assembleia Constituinte. Ele revelou que vai tentar o entendimento através das lideranças. Ulysses disse estar esperando que se corporifiquem as ideias que pretende inserir no substitutivo.

— Depois vamos debatê-las no âmbito do PMDB e, em seguida, na condição de presidente da Constituinte, levá-las aos demais partidos.

Covas participa de ato por diretas-88

O senador Mário Covas (PMDB-DF) estará presente ao Ato Público que será realizado pela Comissão Suprapartidária que organiza, em Brasília, a campanha de coleta de assinaturas para a Emenda Popular "Diretas 88" na próxima quarta-feira, 05 de agosto, às 18:30 horas, no Auditório da OAB-DF.

A Emenda marca a eleição do próximo Presidente da República para o dia 15 de novembro do próximo ano o que, no caso do Distrito Federal, significa também eleger o Governador em 1988, já que o Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização determina que os mandatos do Presidente da República e do Governador do Distrito Federal serão coincidentes.

Além do senador Mário Covas, estarão presentes os senadores Pompeu de Sousa (PMDB-DF), coordenador da campanha no Distrito Federal, e Maurício Correa (PDT-DF) e os deputados Geraldo Campos e Sigmaringa Seixas do PMDB-DF e Augusto Carvalho do PCB-DF. Comparecerão, também os presidentes das seções regionais do PCB, PC do B, PDT, PMDB, PSB e PT, partidos que apóiam o movimento.

Pompeu de Sousa declarou que apesar do pouco tempo e da escassez de recursos, "na verdade quase nenhum", a campanha vai muito bem e se espera obter, "só no Distrito Federal, bem mais do que as 30 mil assinaturas exigidas pelo Regimento da Constituinte".

"Mandato deve ir a plebiscito"

O mandato presidencial deveria ser objeto de um plebiscito à época da discussão das disposições transitórias da Constituição. A posição é do deputado Ibsen Pinheiro, PMDB-RS, na liderança do partido na Câmara, em substituição a Luiz Henrique que está no Rio de Janeiro.

"O fato de o presidente Sarney estar disposto a

aceitar a decisão da Constituinte sobre seu mandato, mostra que é possível retomar a discussão do mandato de seis anos", afirmou Ibsen. O deputado gaúcho acha que "caberá ao povo dizer quando quer eleições diretas. O projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá PTB-SP, serve apenas para popularizá-lo, mas as discussões e decisões serão tomadas mes-

mo na época das disposições transitórias". O mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República e também para o presidente José Sarney foi defendido ontem à tarde pelo deputado federal Denisar Arneiro, do PMDB-RJ, durante o Congresso Nacional de Deputados Constituintes, em realização no Copacabana Palace.

PMDB anuncia consenso sobre reforma agrária

A cúpula do PMDB acredita já ter encontrado uma saída na Constituinte para a polêmica da reforma agrária: imissão imediata de posse, com pagamento de dinheiro se o proprietário vencer demanda judicial. A fórmula é apoiada pelo presidente e pelo relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que se reuniram com o alto comando parlamentar peemedebista, na noite de anteontem, na casa do deputado Ulysses Guimarães.

Houve consenso também sobre estabilidade no emprego: o texto ainda não está definido, mas os parâmetros já foram acertados. O sistema de governo e o mandato do presidente Sarney não serão discutidos agora para não prejudicar as negociações do restante do temário da Constituinte. Ficou decidido, porém, que serão apresentadas como emendas o máximo possível de alternativas admissíveis.

A cúpula do PMDB deverá apoiar a emenda parlamentarista do senador Afonso Arinos, ainda que o partido não tenha posição oficial sobre o assunto. Segundo um dos participan-

tes da reunião, Ulysses é um tipo de político que não fica em navio que está afundando. Percebendo que a tendência majoritária é pelo parlamentarismo, o presidente do PMDB estaria mantendo a posição presidencialista por questão de princípio, mas examinando com cuidado as alternativas do outro sistema. O líder Luiz Henrique, de sua inteira confiança, tem defendido cinco anos com parlamentarismo como única saída para manter a unidade do partido.

Ulysses estaria, portanto, a ponto de seguir o exemplo de Afonso Arinos, um ex-presidencialista irreversível convertido ao parlamentarismo. Ele comentou na reunião que o Brasil nunca chegou a ter um presidencialismo ao estilo americano porque faltou aqui o elemento fundamental do sistema, que é a supremacia corte.

A solução considerada majoritária para a reforma agrária é aquela que constava do relatório inicial do senador Severo Gomes (PMDB-SP), na comissão da ordem econômica: garante a imissão imediata da terra desapropriada ao Incra, mas também o recebimento da indenização em dinheiro pelo proprietário, caso este com-

prove judicialmente que o imóvel cumpria função social. A ideia não é nova: corresponderia, no meio rural, à legislação sobre o solo urbano.

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, participou da reunião que, além de Ulysses, Arinos e Cabral, contou ainda com as presenças dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso (ambos do PMDB-SP), do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e do jurista Miguel Reale. O ministro examinou dois temas: estabilidade no emprego, para o qual há fórmulas de consenso, e jornada semanal de 40 horas de trabalho, que deverá ser decidido no plenário. Ulysses já encomendou a técnicos ligados ao deputado José Serra (PMDB-SP) uma projeção sobre a adoção das 40 horas, para verificar se a economia se adaptaria a esta inovação.

Pode haver consenso quanto à estabilidade. Uma das soluções seria deixar para a lei ordinária a fixação do número máximo de horas semanais. Outra saída, criar um sistema de garantias maiores ao emprego. Seriam multas para as dispensas imotivadas e obrigação de pagamento do FGTS proporcional.